

Aumento de impostos atrai apoio da esquerda e oposição dos governistas

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

O chamado "esforço concentrado" do Congresso desta semana produziu um ensaio do que pode vir a ser a difícil negociação da reforma tributária pretendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Na negociação da Medida Provisória 812 - cujo item mais polêmico é o aumento da carga tributária das empresas (ver matéria nesta página) - foi dos partidos de esquerda, e não dos governistas, que o Executivo recebeu o mais irrestrito apoio.

O PT, o PSB e o PC do B aprovam na íntegra a MP enquanto entre os partidos que apóiam formal e informalmente o governo, a resistência à medida produziu 87 emendas, algumas delas praticamente anulam a possibilidade de o governo aumentar sua arrecadação.

De todos os itens da pauta de votações desta semana a MP é a que mais diretamente afeta o caixa do governo. Sua aprovação levaria a um aumento de arrecadação da ordem de R\$ 2,1 bilhões. O governo conta com esse ganho para cobrir parte do déficit orçamentário previsto para este ano.

"É uma votação crucial para o governo", diz o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que acompanha a negociação da MP desde que ela foi enviada ao Congresso no último dia de 1994.

SINTONIA PERFEITA

Os parlamentares do PT se entendem melhor com os técnicos da Receita que vão ao Congresso explicar a MP, do que os próprios parlamentares governistas. Foi através da Receita que o deputado Paulo Bernardo

encontrou os fundamentos para a defesa da MP - "Eles nos mostraram que a alíquota de 18% incidirá apenas sobre as duas mil maiores empresas do País", disse Bernardo. "Entendemos que a medida traz justiça fiscal e fecha as portas da sonegação", complementa o deputado Renildo Calheiros (PC do B).

Entre os deputados governistas a sintonia não é tão perfeita. O deputado Jackson Pereira (PSDB-CE) foi o recordista de emendas apresentadas à MP - 25, num total de 87 - e chegou a protestar contra a "inconstitucionalidade" da Medida Provisória.

"Minhas ressalvas visavam evitar um confronto posterior com o Supremo", diz Jackson Pereira. Entre as 87 emendas apresentadas, uma das mais polêmicas é a que propõe a supressão do artigo 42 sobre "prejuízos a compensar".

De acordo com a Medida Provisória, as empresas serão obrigadas a pagar Imposto de Renda e contribuição sobre 70% do lucro do período declarado mesmo tendo prejuízos a compensar.

"Muitas empresas alegam prejuízos através da manipulação contábil apenas para não pagar o imposto devido", argumenta Paulo Bernardo na mesma cartilha do que hoje prega a Receita Federal.

Além do PSDB de Jackson Pereira, a negociação da MP esbarrou em dois outros partidos que formal ou informalmente, apóiam o governo: o PMDB, que apresentou doze emendas, e o PPR, com trinta emendas. O único partido de oposição a apresentar emendas à MP foi o PDT, através do deputado Magno Bacelar.